

GÊNERO, SEXUALIDADE E RELAÇÕES DE PODER: UMA ANÁLISE DO REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO POTIGUAR

GENDER, SEXUALITY AND POWER RELATIONS: AN ANALYSIS OF THE CURRICULAR FRAMEWORK OF POTIGUAR HIGH SCHOOL

Crislainny Dayanny de Oliveira Dantas¹

Resumo: A temática do gênero e sexualidade se mostra cada vez mais relevante, considerando o fortalecimento dos espaços de luta e resistência na atualidade. A escola, enquanto instituição que exerce controle sobre os corpos através da disciplinarização, deve estar atenta a essas questões e promover oportunidades iguais para os mais diversos estudantes. Sob essa perspectiva, este artigo tem como objetivo analisar o discurso produzido no Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar, no tocante à temática do gênero e sexualidade, como um dos Temas Contemporâneos Transversais, relacionando as relações de poder na construção dos sentidos e das vontades de verdade. Para tanto, utilizamos a Análise do Discurso como aporte teórico a partir dos estudos de Foucault (1988, 1995, 1998, 2004, 2008). Trata-se de um trabalho descritivo-interpretativo de caráter qualitativo. Usamos o método arqueogenológico para análise do discurso que tem como *corpus* enunciados extraídos do Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar, documento normativo que orienta a práxis didático-pedagógica, formulado a partir da reforma do Ensino Médio. A análise nos permitiu constatar que a temática emerge nos Temas Contemporâneos Transversais do documento como estratégias de biopoder e regulamentação dos temas que envolvem a sexualidade no contexto escolar.

Palavras-chave: Gênero. Sexualidade. Relações de poder. Ensino Médio Potiguar.

Abstract: The theme of gender and sexuality is increasingly relevant, considering the strengthening of spaces of struggle and resistance today. The school, as an institution that exercises control over bodies through disciplinarization, must be aware of these issues and promote equal opportunities for the most diverse students. From this perspective, this article aims to analyze the discourse produced in the Curricular Reference of Potiguar High School, regarding the theme of gender and sexuality, as one of the Transversal Contemporary Themes, relating the power relations in the construction of the meanings and wills of true. For that, we use Discourse Analysis as a theoretical support from Foucault's studies (1988, 1995, 1998, 2004, 2008). This is a qualitative descriptive-interpretative work. We used the archeogenological method for discourse analysis, which has as *corpus* statements extracted from the Potiguar High School Curriculum Reference, a normative document that guides the didactic-pedagogical praxis, formulated from the High School reform. The analysis allowed us to verify that the theme emerges in the Transversal Contemporary Themes of the document as strategies of biopower and regulation of themes that involve sexuality in the school context.

Keywords: Gender. Sexuality. Power relations. High School Potiguar.

Introdução

O Brasil, em 2016, passou por um momento de grande efervescência política com o afastamento da presidenta Dilma Rousseff, tendo Michel Temer assumido interinamente a

Presidência da República do país. Face ao cenário de mudanças, foi anunciada a Reforma do Ensino Médio, promulgada, inicialmente, através da Medida Provisória (MP) 746/2016 (BRASIL, 2016), sancionada no ano seguinte através da Lei nº 13.415/2017 (BRASIL, 2017), que alterou diversos pontos da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB/Lei 9.394/96).

O Ensino Médio, que compõe a última etapa da Educação básica, sempre foi considerado como a etapa mais desafiadora para a educação do país, seja pelos baixos índices ou pela falha na garantia do acesso e permanência dos estudantes. Tais fatores culminaram na aprovação das mudanças, com a proposta de reforma do Ensino Médio que, entre as alterações mais significativas, destacam-se: a organização das disciplinas em quatro áreas de conhecimento; o aumento da carga horária anual e a inserção da formação técnica e profissional (BRASIL, 2017).

A implementação dessas mudanças se iniciou, de forma gradativa, no ano de 2022, em todas as escolas do país. Frente a esse contexto, as unidades federativas brasileiras produziram seus devidos Referenciais Curriculares, a partir da perspectiva legal e normativa da Reforma do Ensino Médio, objetivando uma melhor compreensão da proposta por parte de todos os envolvidos no contexto escolar, além de nortear o planejamento pedagógico em cada Estado, direcionando para o seu contexto e necessidades. Tal documento normativo busca ainda planejar a melhoria das aprendizagens previstas pelas mudanças.

A elaboração dos Referenciais Curriculares teve como alicerce a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as propostas instituídas pela Lei nº 13.415/2017 (lei da reforma). Através de processo democrático, articularam-se conjuntamente Secretarias Estaduais de Educação, Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e Conselho Nacional de Educação (CNE), com o objetivo de promover uniformidade nas diretrizes curriculares de todo país.

Com esse suporte foi produzido o Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar, que norteia a implementação das mudanças ocorridas no ensino médio, em escolas públicas e privadas, de todo território do Rio Grande do Norte. O documento oficial lançado em 2021 e disponibilizados aos profissionais da educação, aos diversos atores envolvidos nas

comunidades escolares e sociedade em geral em busca de “favorecer à universalização das aprendizagens, atender à mobilidade dos estudantes entre as redes de ensino, e contemplar a diversidade regional e local nas formas de organização das ofertas da Educação Básica” (RIO GRANDE DO NORTE, 2021, p. 6).

Seguindo esse viés, propomos este artigo que tem como objetivo analisar discursos sobre a temática do gênero e sexualidade, produzidos no Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar, ressaltando a construção de sentidos ligados às relações de poder, em especial ao biopoder. Para isto, o *corpus* selecionado é composto por enunciados extraídos do referencial em questão, especificamente aos que tangem à temática do gênero e sexualidade, um dos temas contemporâneos transversais. Partiremos da premissa que as análises nos permitem compreender a produção de sentidos e vontades de verdade presentes nos discursos.

Em busca de determinar o lugar teórico-metodológico deste trabalho, cabe destacar que utilizaremos as ferramentas propostas pela Análise do Discurso de vertente francesa, com base nas contribuições discursivas de Michel Foucault (1988; 1995; 1998; 2004; 2008), acerca do discurso, enunciado, formação discursiva e relações de saber-poder. É oportuno ainda, mencionar que nos ancoramos no método arqueogenealógico de Foucault, o qual nos permite, por meio da fase arqueológica, “escavar” os enunciados que aqui serão analisados, buscando suas regras de formação que demonstram suas regularidades e/ou rupturas. Enquanto a genealogia nos permitirá compreender a historicidade das formações discursivas que revelam mecanismos de poder, em suas diversas especificidades e embasados em vontades de verdade. Vale ressaltar que tais fases são complementares e indissociáveis, além de representarem momentos distintos dos estudos do filósofo.

Para contextualizar as noções de gênero e sexualidade buscamos respaldo em Louro (1992, 1997); Lins; Machado e Escoura (2016); Nogueira (2016) e Scott (1990). Dessa forma, justificamos o artigo pela possibilidade de discutir a temática do gênero e sexualidade, cada vez mais evidente na sociedade contemporânea e que estão na ordem das relações de poder, assim como pela oportunidade de compreender os efeitos de sentido e vontades de verdade presentes na produção discursiva materializada no documento analisado.

Para fins de organização, dividimos este trabalho da seguinte maneira: na seção seguinte realizaremos uma breve revisão de alguns conceitos que serão mobilizados nas análises, tais como: discurso, enunciado, formação discursiva e relações de poder. A posteriori, será feita a análise do *corpus*, para que finalmente sejam apresentadas as considerações finais sobre análises empreendidas.

1 Discurso e relações de poder: entrecruzamentos teóricos em Michel Foucault

Em busca de analisar os discursos sobre a temática do gênero e sexualidade produzidos no Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar, destacando as relações de poder no processo de construção de sentidos e de vontades de verdade, recorreremos teoricamente à Análise do Discurso (doravante AD), de vertente francesa, mais precisamente no arcabouço teórico dos estudos Foucaultianos.

Antes, porém, iremos ressaltar como a AD se constitui nos estudos da linguagem. Após o seu surgimento enquanto teoria, a língua, o sujeito e a história passaram a ser estudados sob nova perspectiva. Distanciando-se da linguística estruturalista proposta por Ferdinand Saussure, a AD não concebe a língua, mas o discurso como objeto de estudo. Dito isto, foi dado um novo direcionamento aos estudos da linguagem, já que as ferramentas propostas pela linguística, até então, tornaram-se insuficientes para analisar esse novo objeto, emergindo assim, uma teoria, concebida de forma transdisciplinar, atravessada pelo Marxismo, Linguística e Psicanálise.

O discurso, objeto de investigação da AD, “encontra-se na exterioridade, no seio da vida social, o analista estudioso necessita romper as estruturas linguísticas para chegar a ele” (FERNANDES, 2007, p. 23). Dessa forma, ao analisar um discurso, aspectos exteriores ao texto devem ser apreciados, como parte integrada à produção de sentidos, uma vez que ele é constituído socialmente por sujeitos distintos, em diversos momentos da história e em meio a diferentes condições de produção.

Para este trabalho, apresentamos a concepção de discurso de acordo com Foucault (2008), que entende o discurso como:

[...] um conjunto de enunciados, na medida em que se apóiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência. O discurso, assim entendido, não é uma forma ideal e intemporal que teria, além do mais, uma história; o problema não consiste em saber como e por que ele pôde emergir e tomar corpo num determinado ponto do tempo; é, de parte a parte, histórico - fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade, e não de seu surgimento abrupto em meio às cumplicidades do tempo (FOUCAULT, 2008, p. 99-100).

Para o filósofo, o discurso é constituído por um conjunto de unidades menores, chamadas de enunciados que se alicerçam em um mesmo sistema de formação, vinculado à noção de dispersão. Desse modo, o discurso é concebido por regras de formação, tais regras definem uma formação discursiva, que se apresenta como sendo um sistema de “relações de objeto, tipos enunciativos, conceitos, estratégias” (BRANDÃO, 2006. p. 32). Assim, para Foucault:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de **uma formação discursiva** (FOUCAULT, 2008, p. 33, grifo nosso).

Em vista disso, podemos entender que os enunciados ao possuírem regularidades nas suas formas de dispersão, se referem à mesma formação discursiva. Seguindo esse princípio foucaultiano, podemos falar, por exemplo, de discurso político, discurso clínico, discurso literário, discurso econômico, discurso midiático, discurso histórico, entre tantos outros nos quais são atribuídas modalidades particulares de existência, a partir de regularidades de enunciação e recorrências temáticas. Nesse viés, as análises aqui empreendidas, integram a FD do discurso educacional curricular de base legal, que objetiva orientar a prática docente, na rede de ensino estadual do Rio Grande do Norte.

A genealogia proposta nos estudos de Foucault, nos permite pensar nos discursos sempre atrelados às relações de poder. Nessa perspectiva, o poder é pensado no sentido de relações, não há um foco único, pois para o autor, toda relação e interação social é atravessada de forma imanente por relações de poder e saber que lhes dão sustentação.

Na concepção foucaultiana, o poder está presente em toda relação entre sujeitos. O exercício de poder nos estudos de Foucault (1999) é concebido como “estratégias” e distancia-se da concepção de autoritarismo ou repressão que comumente associamos à esta palavra. Para o autor, tais estratégias dizem respeito a um poder que não existe posse ou centralidade, mas está vinculado “a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos” (FOUCAULT, 1999, p. 30).

Sob essa óptica, Foucault (1995), apresenta outras particularidades sobre as relações de poder: poder e saber são indissociáveis; só é exercido sobre sujeitos livres, com possibilidades de reação/oposição, a liberdade é condição de existência do poder; é um modo de ação em que uns agem sobre outros.

Podemos afirmar que as relações de poder também se manifestam nas práticas discursivas cotidianas que abordam a temática do gênero e sexualidade, uma vez que estas ditam aos sujeitos regras de comportamento, modos de se relacionarem, se vestirem, pensarem, agirem, entre outras coisas.

Com base no pensamento de Foucault (1999), as relações de poder são vistas sob o prisma do biopoder, podendo ser marcado pelo poder disciplinar, a partir de instituições disciplinares como escolas, hospitais, fábricas, oficinas e quartéis produzem controle sobre os corpos através da disciplinarização, fabricando assim, sujeitos submissos e exercitados. Logo, surge a sociedade disciplinar, “tendo em vista que as relações de poder se realizam nas diferentes instituições, as quais têm o propósito de domesticar os corpos por meio do uso controlado de técnicas e métodos que garantem a eficácia do poder sobre o corpo” (NASCIMENTO, 2012, p. 159).

A escola, enquanto instituição disciplinar, possui diferentes estratégias de controle e normalização sobre os alunos, objetivando a fabricação de corpos dóceis, vigiados e atravessados por verdades legitimadas. Conforme Foucault (1999), os indivíduos são engendrados através da disciplina, que é “a técnica específica de um poder que toma os

indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício” (FOUCAULT, 1999, p. 195).

Além da noção de poder disciplinar, do biopoder emerge também o conceito de biopolítica, espécie de ação de poder que não é exercida sob o sujeito de forma individual, mas ligada aos corpos de forma coletiva, na qual “os mecanismos biológicos da espécie humana (natalidade, mortalidade, longevidade etc.) passam a compor os objetivos políticos do Estado, ou seja, a vida entra como elemento de cálculos políticos nas estratégias de poder” (SANTOS, 2016, p. 276). Nessa concepção, a população é reconhecida como um problema de ordem política.

Outro conceito útil e indispensável à nossa análise é o de governamentalidade. No contexto deste trabalho, é pertinente destacar que a reforma do ensino médio brasileiro, assim como a formulação do Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar, são estratégias de governamentalidade, esta é constituída como uma técnica de biopolítica, promovendo um exercício de condução de indivíduos (almas, crianças, comunidades, famílias, grupos, enfermos). Ao discutirmos sobre a reforma do ensino médio, reportamo-nos aos mecanismos de governo que conduzem e dominam a população, operando sob estratégias de poder, através das políticas públicas educacionais. Dessarte, a governamentalidade para Foucault (2004), é definida como:

o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2004, p. 171).

No caso deste artigo, as práticas de governamentalidade surgem e induzem os indivíduos por meio de relações de poder, construídas no discurso do documento que normatiza o fazer pedagógico das escolas, incluindo a questão de gênero e sexualidade como um dos temas contemporâneos transversais.

É válido lembrar que o exercício do poder só é operado sob sujeitos livres, capazes de resistir. A resistência é concebida como inerente ao poder, localizada no centro de suas relações. Toda relação de poder para Foucault (1995), implica uma estratégia de luta, de

insubmissão, de confronto. No contexto da reforma do Ensino Médio, muitos sujeitos resistiram e resistem às mudanças propostas, assim como às proposições de inserir a temática do gênero e sexualidade nas escolas. A seguir, examinaremos o *corpus* articulando-o às estratégias das relações de poder e saber na construção dos sentidos nos enunciados.

2 Gênero, sexualidade e relações de poder no Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar

A Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer (SEEC-RN), lançou em 2021, o Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar, fornecendo orientações aos diversos sujeitos envolvidos no processo educacional, assim como a toda sociedade do estado do Rio Grande do Norte. O documento apresenta o objetivo geral de:

estabelecer as bases conceituais e diretrizes norteadoras para os currículos das unidades escolares de ensino médio da rede pública do estado do Rio Grande do Norte, assegurando a reflexão sobre os princípios da educação integral, inclusiva e democrática no Projeto Político Pedagógico e Curricular de cada unidade de ensino (RIO GRANDE DO NORTE, 2021, p. 10).

Desse modo, ao refletirmos sobre o documento enquanto uma produção discursiva permeada por relações de poder e saber, ao defender no objetivo geral os princípios da integralidade, inclusão e democracia, é possível observar na construção dos efeitos de sentidos a preocupação do estado em instituir prioridade na garantia do desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões (física, intelectual, social, emocional, cultural), assim como assegurar que os alunos tenham acesso à educação de qualidade, construída com a participação direta de todos. Dessa forma, podemos destacar o funcionamento de um discurso marcado por vontades de verdade, estabelecidas por um dizer que incide sobre pilares que direcionam as instituições escolares em busca de um ensino de qualidade.

O texto é organizado em sete capítulos e fundamenta-se legalmente:

na Constituição Nacional de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96 (LDB), no Plano Estadual de

Educação do Rio Grande do Norte (2015-2025), na Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018a), e nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM, 2018) (RIO GRANDE DO NORTE, 2021, p. 10).

Face ao exposto, observamos que o documento busca respaldo em discursos nacionais de base legal, marcando um lugar de verdade, que causam efeitos de sentido de legitimidade e padronização no que é proposto pelas orientações curriculares, enquanto estratégia de governamentalidade que incide sobre a população.

Cabe aqui destacar que frente às mudanças no Ensino Médio brasileiro, cada unidade federativa produziu o seu próprio Referencial Curricular, partindo das normas da Reforma do Ensino Médio e considerando suas realidades locais. Sobre isso, podemos constatar a forma de poder descentralizado, discutido por Foucault, oposto ao modelo de soberania. Assim, o poder, antes centralizado nas mãos de alguns, passa a ser disseminado e utilizado de forma estratégica, no qual Foucault (1999) chama de poder disciplinar, que vai, pouco a pouco, modificando os mecanismos e impondo seus processos.

Além de outros fatores relevantes ao ensino, o Referencial preconiza que as unidades escolares agreguem os Temas Contemporâneos Transversais, (doravante TCTs), em seus planejamentos pedagógicos. Esses temas são de grande relevância social e buscam contribuir com o desenvolvimento dos estudantes enquanto cidadãos. Esses, antes considerados como temas transversais, foram recomendados, inicialmente, pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), anos depois tornaram-se obrigatórios pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e posteriormente pela BNCC. O fato de adicionar a palavra contemporâneos já sinaliza também para efeitos de sentidos que singularizam uma história do presente para se discutir temas que sejam de fato relacionados à vida dos estudantes e a construção de subjetividade.

Isso posto, podemos averiguar que o documento aqui analisado se institui como instrumento que regulamenta e regimenta o fazer pedagógico na modalidade do ensino médio, sinalizando a governamentalidade da população, por meio da utilização de mecanismos que controlam os corpos, buscando governá-los por diferentes estratégias de biopoder. Desse modo, toda a comunidade escolar está inscrita sob os domínios das

estratégias de saber-poder. Sobre essas considerações podemos ressaltar o enunciado discursivo disposto a seguir:

Além das competências, este Referencial agrega os Temas Transversais Contemporâneos e orienta que as escolas, em seu Projeto Político Pedagógico, abordem aspectos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Organizados em blocos temáticos e geridos por marcos legais específicos, esses temas consistem em discutir questões inerentes à sociedade contemporânea que importam reflexões e, por sua vez, a tomada de posições (RIO GRANDE DO NORTE, 2021, p. 25).

Podemos observar que o documento norteia as ações pedagógicas, temos nesse caso o efeito de disciplinamento, que busca modelar as condutas de sujeitos, fabricando corpos submissos. A isso, podemos atribuir a “política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos” (FOUCAULT, 1995, p. 164).

Dessa forma, vemos que o Referencial atua sobre os sujeitos, através de ações de regulamentação e controle, via relações de poder, utilizando-se de diferentes mecanismos: impõe condutas pedagógicas, institui regras de funcionamento do ensino médio no território potiguar, determina conteúdos que devem ser trabalhados, regulamenta metodologias, sugere atividades didáticas, entre outros. Todos esses mecanismos são chamados de estratégias de poder, que são um “conjunto dos meios operados para fazer funcionar ou para manter um dispositivo de poder.” (FOUCAULT, 1995, p. 248). Tais estratégias são traçadas pelo governo e implantadas nas instituições disciplinares escolares, no intento de alcançar todos os objetivos propostos pela reforma.

Se tratando dos Temas contemporâneos Transversais são propostos sete, considerados relevantes para o exercício da cidadania, entre eles, gênero e sexualidade, temática na qual nos voltamos neste trabalho. Vale destacar que esse tema não foi contemplado nos TCTs da BNCC, o que mostra um sentido de silenciamento sobre o tema da sexualidade enquanto lugar de interdição em diferentes discursos.

Cabe destacar, como afirmamos acima, que nos discursos da BNCC houve um silenciamento sobre a temática de gênero e sexualidade, não sendo explicitada em suas

proposições, mas o Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar justifica a relevância de abordar esse tema na última etapa do ensino básico e propõe que as escolas, por meio de diferentes estratégias os insira em seus planejamentos pedagógicos de forma interdisciplinar “[...] uma vez que dizem respeito à educação inclusiva, direito social direcionado para todas as pessoas, indiscriminadamente, e, por conseguinte, discutam a diversidade, e as singularidades dos diferentes grupos sociais, como o da comunidade LGBTQIA+” (RIO GRANDE DO NORTE, 2021, p. 21).

Nessa perspectiva, podemos verificar que dentro da gestão biopolítica potiguar deu-se visibilidade para temas que historicamente sempre foram silenciados, principalmente pelo fato de os professores não saberem lidar com a questão ou por não reconhecerem sua importância. Entretanto, sendo os TCTs uma forma de discutir temas que são relevantes para a formação do educando, acrescentar o tema gênero e sexualidade, reveste-se de um sentido positivo sua inserção no referencial potiguar, principalmente pelo aspecto de se valorizar o respeito às diferenças e conseguir, possivelmente, mais respeito entre os gêneros, inclusive no que se refere à redução da violência contra a mulher, cujos números elevados, poderiam ser reduzidos diante da proposta de uma educação com foco nessa temática.

Emerge a necessidade de aprofundarmos um pouco sobre as temáticas aqui tratadas, a começar pela noção de gênero que “é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e [...] é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86). Questões de gênero estão diretamente ligadas às relações de poder, uma vez que existem hierarquias sociais concebidas a partir das distinções baseadas a partir dos gêneros. Temos, portanto, um dispositivo cultural, constituído historicamente, criando diferenças entre os corpos e articulando sujeitos e suas práticas dentro de uma estrutura de poder (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016).

No Brasil, o termo gênero começou a ser utilizado pelo movimento feminista no final dos anos 80. Para Louro (1997), tal conceito não se refere a distinção entre padrões femininos e masculinos, mas o entende como constituinte da identidade dos sujeitos, compreendidos numa perspectiva de pluralidade, como tendo identidades múltiplas, “que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem, até mesmo, ser contraditórias” (LOURO,

1997, p. 24). Entretanto, essas diferenças nem sempre são reconhecidas e respeitadas na sociedade, que muitas vezes não tolera as diferentes formas de existir.

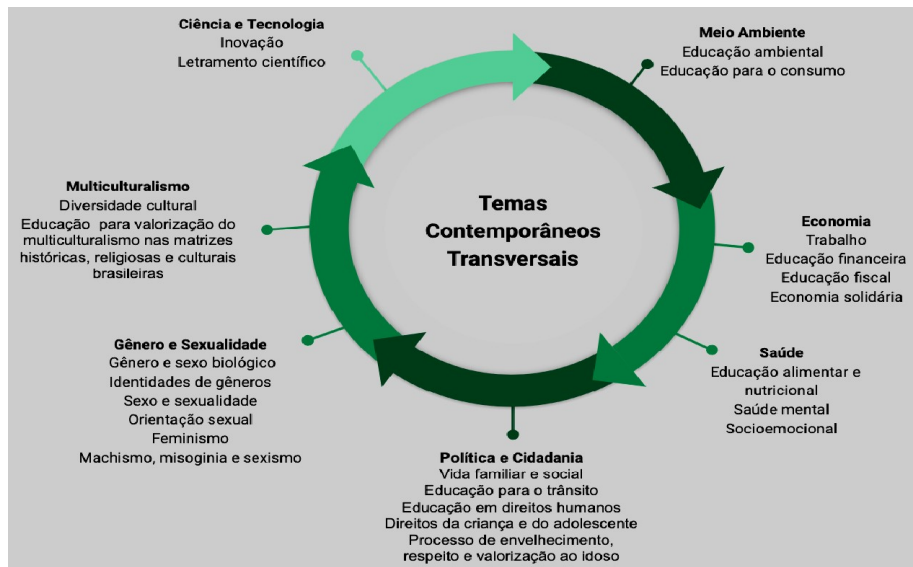
A utilização do termo “gênero” demonstra um conjunto de relações que podem incluir o sexo, mas que não é determinado por ele, da mesma forma não define a sexualidade (SCOTT, 1995). À vista disso, é importante evidenciar que gênero e sexualidade são fortemente relacionados, porém não são a mesma coisa, existem distinções entre tais conceitos. Na obra *História da Sexualidade* (1988), Foucault compreende que a sexualidade é constituída como exercício do poder, com base nos discursos sobre o sexo, para o autor:

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder (FOUCAULT, 1988, p. 100).

Sendo assim, a sexualidade no viés foucaultiano, é uma construção histórica enquanto parte de um dispositivo. Para Louro (1997), os sujeitos podem exercer sua sexualidade de formas distintas, sendo suas identidades sexuais constituídas pela forma que eles vivem sua sexualidade. Já o gênero diz respeito à forma como os sujeitos se identificam como masculinos ou femininos, social e historicamente, construindo desse modo, suas identidades.

Em virtude dessa discussão, retomamos a relevância no tema pela análise de como ele é evidenciado no Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar. Gênero e sexualidade são tratados dentro dos TCTs, organizados conforme a imagem a seguir:

Imagem 1: Temas Contemporâneos Transversais



Fonte: Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar, 2021.

Como vimos no enunciado discursivo da figura, os TCTs contemplam assuntos relevantes e necessários ao contexto social atual, que atravessam as experiências dos estudantes em seus contextos, contribuindo para que sejam ampliados os espaços de discussão nas escolas. É nesse cenário que são apresentadas as seguintes considerações no discurso do referencial:

o Currículo deve pautar-se na integração da legislação e documentos específicos que contemplem os temas propostos para o ensino, considerando a importância deles para sociedade contemporânea, tendo em vista que a escola é o lugar para refletir sobre os problemas sociais e pensar um modo de intervenção que eduque, oriente e conscientize o cidadão de direitos e deveres (Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar, 2021, p. 31).

No enunciado selecionado, é possível alcançar efeitos de sentido de legalidade, notadamente na afirmação de ancorar-se na legislação e em outros documentos normativos, que possuem autoridade normativa, garantindo uma verdade institucional através de diretrizes de governo e normatização de condutas. Assim, esse documento se insere

nos discursos oficiais legitimados na instância governamental de regulamentação da educação, fomentando uma técnica biopolítica no governo da população, em especial, das práticas educacionais a serem adotadas nas escolas.

Ao defender que a temática seja discutida nas unidades educativas do Rio Grande do Norte, o documento demonstra que o estado reconhece a pluralidade dos jovens potiguares, assim como orienta que sejam todos acolhidos, conforme destacado no enunciado abaixo:

Consideremos nas juventudes do Rio Grande do Norte, suas identidades e expressividades [...] os jovens que estão na luta pelos direitos civis e inseridos na comunidade LGBTQIA+ e demais juventudes presentes no território potiguar. Todas as juventudes deverão ser acolhidas, integralmente, pela escola e pelo Currículo (RIO GRANDE DO NORTE, 2021, p. 59).

Essa conduta dialoga com as proposições dos ativistas dos movimentos LGBTQIA+ e feministas, que defendem a escola como espaço de acolhimento, no qual as discussões sobre tais temáticas devem acontecer frequentemente. O documento também cita as lutas e conquistas por direitos das mulheres e da população LGBTQIA+, as diversas formas de violência contra esse público, além dos mecanismos e leis de proteção como objetos de conhecimentos, ou seja, conteúdos que devem ser aplicados a partir do desenvolvimento de um conjunto de habilidades (RIO GRANDE DO NORTE, 2021). Assim, discursivamente, são construídos sentidos que instigam o acolhimento e respeito às identidades, articulando, desse modo, efeitos do biopoder em prol da vida e inclusão dos sujeitos nos espaços escolares, incluindo as práticas curriculares.

Sobre o direito à cidadania das mulheres são elencados diversos objetos de conhecimento a serem desenvolvidos na escola e que são casos de negligência da história desses sujeitos, como se pode ressaltar no enunciado discursivo do Referencial Potiguar: “as desigualdades sociais, políticas e culturais entre os homens e mulheres: remuneração salarial, cargos de chefia ou em cargos eletivos, liberdade sexual e outros” (RIO GRANDE DO NORTE, 2021, p. 386).

Ao serem discutidos nas práticas curriculares, sob a evidência e visibilidade dos Temas Contemporâneos Transversais, tais proposições fazem ressoar vontades de verdade

de promover um ensino que possibilita espaços de conscientização e de combate a tais desigualdades. Ao longo do texto, aparecem sugestões didáticas, nas quais sugerem que as escolas promovam rodas de conversa sobre estigma e intolerância de gênero. É o que se destaca no enunciado: “roda de conversas sobre pessoas que são alvos de preconceitos, e o porquê das discriminações, estigma e intolerância sobre LGBTQIA+ mulheres” (RIO GRANDE DO NORTE, 2021, p. 399).

Podemos notar com o enunciado acima que as proposições de atividades desta natureza, instituem vontade de verdade de mudança, haja vista a urgência e necessidade de diminuição de episódios de preconceito nas escolas e a violência contra a mulher. Conhecimentos desta natureza, também contribuem para a diminuição das taxas de evasão que são elevadíssimas no ensino médio e com registros de motivação em situações de intolerância à diversidade de gênero e sexual. Para Nogueira (2016), entre a população trans, essas taxas são ainda maiores, limitando as opções de vida destes sujeitos, os afastando de concluir os estudos e até mesmo do mercado de trabalho pelo preconceito.

Notamos ao longo do texto, vontades de verdade de se promover um ensino com oportunidades iguais e equânime para todos os estudantes, extraídas, como por exemplo, no enunciado a seguir:

Toda essa diversidade exige práticas pedagógicas que dialoguem com a inclusão e um currículo que traga a voz dos silenciados e excluídos, escrevendo uma nova história sem ferir o direito à aprendizagem, sob os princípios da igualdade e da equidade (RIO GRANDE DO NORTE, 2021, p. 20).

É nessa perspectiva de dar voz aos sujeitos, que ao longo da história sempre foram silenciados, que se torna cada vez mais urgente e necessária formas de ampliar as discussões sobre noções de gênero e sexualidade, tendo em vista a relevância da escola na formação integral dos sujeitos. Ainda a esse respeito, é válido mencionar Lins; Machado; Escoura (2016) ao dizerem que essa temática opera como construtora de sentidos para as diferenças percebidas nos corpos, articulando indivíduos e suas emoções, assim como ações e outras coisas dentro de uma estrutura de poder.

Assim, são por meio de práticas pedagógicas eficazes que será possível construir uma sociedade mais inclusiva, que possa garantir o direito de todos à educação, principalmente no que tange a uma temática tão necessária quanto a discussão sobre gênero e sexualidade. Por isso, a produção discursiva do referencial curricular potiguar, ao introduzir esse tema transversal no currículo escolar se reveste de um viés que instiga estratégias de governamentalidade que tem no biopoder o seu alicerce, tendo em vista abrir espaço para uma prática curricular que visa inserir o tema para a transformação da educação e dos sujeitos sociais, ressaltando as vontades de verdade produzidas via discurso.

Conclusão

No decorrer deste artigo, buscamos cumprir com o objetivo analisar discursos sobre a temática gênero e sexualidade, produzidos no Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar, ressaltando a construção de sentidos ligados às relações de poder, em especial ao biopoder. O *corpus* de análise foi composto por enunciados que dialogam com a temática e retirados do documento em questão.

Destacamos que o Referencial, por se fundamentar em textos de bases legais, alcança efeitos de sentido de legitimidade, fazendo ressoar vontades de verdade marcadas pela governamentalidade, que regula e regimenta o fazer pedagógico na modalidade do ensino médio, através da utilização de mecanismos que controlam os corpos pelas estratégias de biopoder. Desse modo, toda a comunidade escolar do Rio Grande do Norte está inscrita sob os domínios das estratégias de saber-poder, sob o viés que orienta e regulamenta o gênero e sexualidade enquanto um Tema Contemporâneo Transversal a ser incluído nas práticas pedagógicas curriculares.

Por fim, é válido mencionar que o estado ao acrescentar a temática do gênero e sexualidade aos Temas Contemporâneos Transversais, avança na construção de uma escola mais acolhedora, que busca combater situações preconceituosas, constrangedoras e violentas, muitas vezes comuns aos ambientes escolares e na sociedade em geral.

Referências

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

BRASIL. *Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Casa Civil, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 18 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1996a.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. *Caderno de Educação em Direitos Humanos*. Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais. Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=32131-educacao-dh-diretrizesnacionais-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 18 dez. 2022.

BRASIL. *Medida Provisória nº 746 de 2016*. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2016. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/126992>. Acesso em: 15 dez. 2022.

BRASIL. *Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017*. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília: Casa Civil, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 15 dez. 2022.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular: ensino médio*. MEC: Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_Ensino_Medio_embaixa_site_110518.pdf. Acesso em: 10 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. *Temas Contemporâneos Transversais na BNCC*. MEC, 2019. Brasília.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Trad. de Maria Thereza da C. A. e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Huber; RABINOW, Paul. *Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Trad. de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-250.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 19 ed. São Paulo: Graal, 2004

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. 7 ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

LINS; Beatriz Accioly; MACHADO, Fonseca Bernardo; ESCOURA, Michele. *Diferentes, não desiguais: a questão do gênero na escola*. 1 ed. São Paulo: Editora Reviravolta, 2016.

LOURO, Guaracira Lopes. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP & A, 1992.

LOURO, Guaracira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

NASCIMENTO, Maria Eliza Freitas do. A estatística da vida no controle do corpo com deficiência: estratégias disciplinares e de governamentalidade. *Revista ProLíngua*, João Pessoa, V. 07. N. 01, p. 153-162. Jan./jun. 2012.

NOGUEIRA, Pedro Ribeiro. *Por que a educação deve discutir gênero e sexualidade? Listamos 7 razões*. 2016. Disponível em: <http://portal.aprendiz.uol.com.br/2015/06/25/por-que-a-educacao-deve-discutir-genero-e-sexualidade-listamos-7-razoes/>. Acesso em: 15 dez. 2022.

PNAD: LEVANTAMENTO DO TODOS MOSTRA PRIMEIROS IMPACTOS DA PANDEMIA NAS TAXAS DE ATENDIMENTO ESCOLAR. *Todos pela Educação*, 2021. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/pnad-levantamento-do-todos-mostra-primeiros-impactos-da-pandemia-nas-taxas-de-atendimento-escolar/>. Acesso em: 15 dez. 2022.

RIO GRANDE DO NORTE. *Referencial curricular do ensino médio potiguar*. Secretaria Estadual de Educação, Natal, 2021.

SANTOS, Paulo Rodrigues dos. A concepção de poder em Michel Foucault. *Revista Especiaria*, Florianópolis, V. 16, n. 28, p. 261-280. Jan/ jun. 2016.

SCOTT, Joan. *Gênero: Uma categoria útil de análise histórica*. Revista Educação & Realidade, V. 15, n.2, jul./dez, 1990.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – PPGL/UERN

E-mail: cdayannyod@hotmail.com

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/8361391430223102>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-5282-0498>